



**PODER EXECUTIVO
MUNICÍPIO DE VILHENA
Procuradoria Geral do Município**



Ofício nº 644/2025 - PGM

Vilhena, 1º de dezembro de 2025.

Exm^a. Sr.

Celso Eduardo Machado

PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES

Nesta.

Assunto: Encaminhamento de Projeto de Lei

Senhor Presidente,

Temos a honra de submeter à elevada consideração dessa Casa o Projeto de Lei nº 7.297, que autoriza o Município de Vilhena a adquirir medicamentos de sua competência junto à rede privada, mediante procedimento de credenciamento, nos termos da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

A presente proposta tem por objetivo assegurar o fornecimento contínuo e regular de medicamentos à população, diante de situações recorrentes que comprometem o abastecimento da rede municipal, tais como processos licitatórios desertos ou fracassados, atrasos no fornecimento por parte de empresas contratadas, interrupções no suprimento que colocam em risco a assistência farmacêutica.

O credenciamento configura-se como instrumento ágil, transparente e eficiente, permitindo a habilitação contínua de fornecedores aptos, ampliando a base de fornecedores habilitados e reduzindo a dependência de um único contratado. Essa medida está em conformidade com a Lei Federal nº 14.133, de 2021, e é recomendada pelos órgãos de controle para aquisições de caráter essencial.

Fundamenta-se ainda no direito fundamental à saúde, previsto no Art. 196 da CF/88, e no princípio da continuidade do serviço público, cabendo ao Município adotar as medidas necessárias para garantir o acesso digno e ininterrupto aos medicamentos.

Diante disso, requer-se a tramitação da matéria pelo **Regime de Urgência**, com fundamento no art. 157, § 1º, I, da Resolução nº 30, de 7 de fevereiro de 2020.

Confiando na sensibilidade deste Parlamento para com a adequação técnica e a urgência das demandas, solicitamos a acolhida do presente pleito, renovamos votos de elevada estima e consideração.

Atenciosamente,

FLORI CORDEIRO DE MIRANDA JUNIOR

Prefeito

CÂMARA MUNICIPAL DE VILHENA
DIRETORIA LEGISLATIVA

Data: 1º / 12 / 25
Hora: 9h40

Daniella Belli
Daniella Belli
Matrícula nº 400005



**PODER EXECUTIVO
MUNICÍPIO DE VILHENA
Procuradoria Geral do Município**

PROJETO DE LEI Nº

7 297

/2025



M E N S A G E M

Senhor Presidente,

Senhores Vereadores e Vereadoras,

É com elevado senso de responsabilidade fiscal e social que submetemos à apreciação desta Casa o Projeto de Lei nº 7.297/2025, _____, que autoriza o Município de Vilhena a adquirir medicamentos mediante procedimento de credenciamento, nos termos da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

Esta iniciativa busca garantir o abastecimento contínuo e regular da rede municipal de saúde, assegurando o acesso da população aos medicamentos essenciais, em observância ao direito fundamental à saúde previsto no Artigo 196 da Constituição Federal e ao princípio da continuidade do serviço público.

A motivação para esta proposta emerge de um diagnóstico crítico e recorrente, verificado pela Secretaria Municipal de Saúde, que evidenciou a vulnerabilidade do atual modelo de aquisição. Processos licitatórios desertos ou fracassados, atrasos crônicos no fornecimento por empresas contratadas e interrupções imprevistas no suprimento têm colocado em risco a assistência farmacêutica, configurando um cenário de descontinuidade que prejudica diretamente o cidadão, especialmente aqueles em condição de maior vulnerabilidade.

Nesse contexto, a presente proposta visa, em primeiro lugar, eliminar o risco de desabastecimento, que representa uma grave falha na prestação do serviço público de saúde. Ao instituir o credenciamento como modalidade ágil e permanente de habilitação de fornecedores, o Município ampliará significativamente seu rol de fornecedores aptos, reduzirá a dependência de um único contratado e criará um mecanismo de resposta imediata às necessidades da rede. O instrumento, previsto na Lei Federal nº 14.133, de 2021, é amplamente reconhecido por órgãos de controle como solução eficaz para a aquisição de produtos essenciais de demandas contínuas.

Além do benefício direto à população, que terá seu direito à saúde preservado, a medida projeta efeitos positivos sobre a gestão pública e as finanças municipais. Ao assegurar o fornecimento regular, evitam-se custos extras com aquisições emergenciais, que frequentemente ocorrem sob valores inflados e com dispensa questionável de licitação. O parâmetro máximo de preços baseado na Tabela do SUS, estabelecido no Artigo 3º do projeto, garante economicidade e transparência, protegendo o erário público.

Cumprе destacar que a proposta observa rigorosamente os ditames da legalidade e da boa administração. O credenciamento não dispensa a observância das



**PODER EXECUTIVO
MUNICÍPIO DE VILHENA
Procuradoria Geral do Município**



normas de controle interno e da responsabilidade fiscal. As aquisições serão realizadas conforme necessidade técnica comprovada e disponibilidade orçamentária, mediante ordem de fornecimento específica, assegurando total rastreabilidade e aderência ao planejamento da Secretaria de Saúde.

Diante do exposto, e considerando o caráter de urgência imposto pela gravidade do risco de desabastecimento de medicamentos essenciais – situação que pode determinar danos irreparáveis à saúde pública –, reiteramos a relevância desta proposição e confiamos na sensibilidade dos Nobres Parlamentares para sua rápida e favorável apreciação.

Esta proposta reflete, portanto, um compromisso duplo e inadiável com o cidadão, que não pode ter seu tratamento interrompido por falhas na gestão de suprimentos, e com a administração responsável, que deve utilizar todos os instrumentos legais à sua disposição para cumprir sua missão constitucional. Acreditamos que a garantia do abastecimento farmacêutico é pilar fundamental para uma saúde pública digna e eficaz, e contamos com o apoio desta Casa para transformar esta iniciativa em segurança e bem-estar concretos para nossa população.

Certos de contarmos com o apoio e a aprovação dos Nobres Parlamentares, renovamos votos de elevada estima e consideração.

Atenciosamente,

FLORI CORDEIRO DE MIRANDA JUNIOR

Prefeito



**PODER EXECUTIVO
MUNICÍPIO DE VILHENA
Procuradoria Geral do Município**



PROJETO DE LEI Nº 7.297, DE 1º DE DEZEMBRO DE 2025

AUTORIZA O MUNICÍPIO DE VILHENA
A ADQUIRIR MEDICAMENTOS
MEDIANTE PROCEDIMENTO DE
CREDENCIAMENTO E DÁ OUTRAS
PROVIDÊNCIAS.

LEI:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a realizar a aquisição de medicamentos de sua competência junto à rede privada, mediante procedimento de credenciamento, observado o disposto na Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

Art. 2º O credenciamento terá caráter contínuo e permitirá a habilitação de pessoas jurídicas aptas ao fornecimento dos medicamentos, conforme condições e requisitos estabelecidos em edital, observado o procedimento previsto na Lei de Licitações e em regulamento.

Art. 3º Os preços praticados no credenciamento observarão como parâmetro máximo a Tabela de Preços do Sistema Único de Saúde – SUS, sem prejuízo de outras referências oficiais admitidas em regulamentação.

Art. 4º A aquisição será realizada conforme a necessidade da Secretaria Municipal de Saúde e disponibilidade orçamentária e financeira com a emissão de ordem de fornecimento.

Art. 5º O Poder Executivo regulamentará esta Lei no que couber.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal, Gabinete do Prefeito.

Vilhena, 1º de dezembro de 2025.

FLORI CORDEIRO DE MIRANDA JUNIOR

Prefeito



Assinado por: FLORI CORDEIRO DE MIRANDA JUNIOR 01/12/2025
10:30:26 DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE

